

Brasília, sua missão histórica não pode admitir privilégios

Mauro Santayana



Já se tornou lugar comum afirmar que a edificação de Brasília inaugurou nova idade em nossa história. Todos sabemos das remotas origens do projeto: as conversas dos inconfidentes mineiros, as razões de José Bonifácio, a decisão dos constituintes de 1891 e a esperteza patriótica e política de Juscelino. Correspondendo a velha aspiração do povo brasileiro, a nova capital se tornou a expressão mais forte de seu patrimônio comum. Nem seria para menos: levantar a cidade do chão do cerrado foi empresa para a qual contribuíram todos os brasileiros. Todos — sem nenhuma exceção, a não ser a constituída pelos que se enriqueceram nas empreitadas de erguê-la — deram um pouco de seu trabalho, seja diretamente, como o fizeram os *cangangos*, seja na forma dos tributos fiscais e dos tributos drenados na inflação.

Brasília pertence a todos nós. E, porque pertence a todos nós, é inconcebível que uma parcela de seus habitantes receba, quase diríamos que de mão beijada, as residências funcionais, construídas para acolher uma população instável. Os servidores federais, em princípio, são empregados que devem ser transferidos de acordo com a necessidade da administração, e é de elementar bom senso que sejam convocados para prestar serviço nos mais elevados escritórios do governo os que se destaquem em qualquer parte do sistema. Para que pudessem ser acolhidos ali, levantaram-se os edifícios de apartamentos. Era inimaginável que cada funcionário transferido para a nova capital adquirisse a sua residência e, nos primeiros tempos, era aceitável que a vantagem da moradia se acrescessem outros incentivos. Com o tempo, Brasília se foi consolidando — e se deformando. Os governos militares começaram por contestar a proposta democrática que as linhas urbanísticas e as massas arquitetônicas de Lúcio Costa e Niemeyer traziam: os ministros foram para a margem do lago e os servidores humildes empurrados para as cidades satélites. O Plano Piloto foi destinado à classe média do funcionalismo, com o que se condenou Brasília à mediocridade. Se o plantá-la no centro geográfico correspondia a segunda e definitiva ocupação do território, o pretendido convívio, nas mesmas superquadras, entre os ministros e seus motoristas, e entre os filhos de uns e outros, nas mesmas escolas, deveria ter sido o início da real democratização da sociedade. Mas, em nosso país, a igualdade essencial entre os homens é retórica vazia. Uma boa mostra do que é a hipocrisia da classe média são os elevadores de serviço nos edifícios residenciais: os empregados domésticos podem preparar a comida dos patrões, cuidar de seus filhos pequenos, zelar pela sua segurança pessoal — mas não podem ocupar juntos o mesmo elevador. Frustrou-se esse projeto democrático, e é explicável: impregnados do sentido de hierarquia e de disciplina, que é inseparável de sua condição, os militares não conseguiam aceitar a *mistura*. Não lhes foi difícil separar as duas classes: dos que se julgavam mais altos, receberam aplausos e dos outros, resignado silêncio. Como reza o antigo ditado, manda quem pode e obedece quem tem juízo.

Entendíamos os que nos empenhamos no projeto de transição democrática que Brasília teria que ser endireitada, pouco a pouco. A primeira decisão de Tancredo, que o novo governo seguiu à risca, foi o de extinguir o inqualificável sistema das *mordomias*. Infelizmente, por todas e conhecidas razões, não se pode ir mais adiante. O governador José Aparecido tomou algumas medidas arrojadas e decentes, como a de restituir ao uso comum as margens do Paranoá, com a sua *ciclovia*, mas esbarrou na mais insidiosa das resistências.

Inibiu-se o governo de tomar uma providência indispensável, que seria a de reajustar as taxas de ocupação das residências funcionais, com o que poderia gerar recursos não só para a manutenção dos edifícios

como para erguer novos conjuntos. Agora, sob o pretexto de que é preciso combater o déficit, o presidente da República foi aconselhado a enviar ao Congresso mensagem que manda vender as residências aos seus ocupantes.

Com todo o respeito para os servidores públicos, trata-se de medida inaceitável para o resto da população brasileira. Não pode o governo "vender" apartamentos aos servidores federais que, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e no Recife são obrigados a viver nos subúrbios, mais distantes, quando não se amontoam nas favelas. Comete-se, assim, a primeira e mais gritante das discriminações. Ainda que o governo pudessem fazê-lo, não poderia dar o mesmo tratamento a todos os cidadãos brasileiros. Gerações sucessivas de trabalhadores passam pela vida em tugúrios e cortiços, pagando aluguéis que, em muitos casos, lhes consomem mais da metade dos salários.

Um dos mais lamentáveis erros cometidos pelos constituintes foi o da autonomia do Distrito Federal. Tratou-se de irresponsável exercício de demagogia estimulado pelos políticos locais, que se esqueceram das razões de Brasília. Ao dar ao quadrilátero, arrancado de Goiás para servir a toda a Federação, o estatuto de estado (com governador eleito, assembleia legislativa e representação no Congresso e no Senado), os constituintes deixaram o governo da União sem sede. O presidente da República se converteu em constrangido hóspede do mais novo estado da Federação.

A esse erro vão-se acrescentando outros, como este, de alienar as moradias, construídas para servir aos convocados às tarefas de governo. O que ocorrerá se o Congresso, pressionado por todos os *lobbies*, aprovar a medida? Alguns se enriquecerão, a especulação imobiliária chegará aos cornos da lua, e, dentro de pouco, o governo central será imobilizado; e como chamar a seu serviço os funcionários mais dotados? Como dar residências aos ocupantes de cargos em comissão? Como alojar decentemente os seus ministros? Cada um deles, ao ser convocado, teria de comprar ou alugar a sua moradia?

Não. O que vai ocorrer, porque a necessidade exigirá, será a de nova nova capital, ao lado da outra. Mais uma vez, o povo pagará os gastos imensos, até que, pressionado pelas reivindicações de igualdade, um governo qualquer, dentro de 10 ou 15 anos, venderá as novas residências a seus ocupantes — e, assim, se não houver um choque de bom senso, pelos séculos a vir.

Ainda há tempo para a reflexão do presidente da República, que, alertado pela ampliação demagógica da generosidade, proposta por um senador brasileiro, poderá recolher a proposta de lei.

Claudicam os argumentos em favor da venda das moradias. É elementar que não se resolverá a questão do déficit público com a alienação, *financiada*, das unidades residenciais, a longo prazo e a preços inferiores aos do mercado. Se a situação do erário fosse de tal maneira dramática que os recursos advindos da venda o retirassem da agonia, o natural seria que a operação se fizesse à vista. E, a fim de que todo o povo brasileiro, que é o legítimo proprietário daqueles prédios, não fosse lesado, seria indispensável que as moradias se licitassem em hasta pública.

O lógico é que se cobre dos funcionários um aluguel condizente com os seus vencimentos. Em todos os países do mundo em que existem situações excepcionais, como as de Brasília, o governo dispõe de moradias para o uso eventual de seus servidores. Mas, em todos eles, há o recolhimento de aluguéis proporcionais à renda familiar. Isso, na verdade, não ocorre em Brasília, cujas taxas de ocupação chegam a ser simbólicas, no caso de funcionários mais elevados.

O ministro da Aeronáutica ponderou, e com razão, que nenhum ministro poderá pagar os aluguéis de uma casa razoável em Brasília. Isso obrigará o governo a recrutar os seus membros entre aqueles que podem pagar para servir à Nação, ou entre os que encontrem quem lhes pague *por fora*.

Mauro Santayana é jornalista e escritor.